

Transnordestina Logística S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Transnordestina Logística S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transnordestina Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

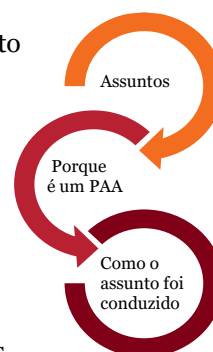
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentou modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Situação financeira da Companhia (Nota 1 às demonstrações financeiras)</p> <p>A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2018, excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 228.428 mil.</p> <p>Para equalização da situação do capital circulante negativo, a administração da Companhia trabalha com ações contendo os seguintes principais elementos: (i) liberação de recursos por parte de seus acionistas e de terceiros para a retomada e conclusão da obra de construção da ferrovia Transnordestina; (ii) revogação da decisão cautelar imposta pelo Tribunal de Contas da União - TCU que proibiu novos repasses de recursos públicos para a Companhia; (iii) conclusão do processo de readequação orçamentária, com previsão de conclusão das entregas de engenharia até julho de 2019; (iv) aprovação do novo cronograma que prevê o término da obra e entrada em operação da Companhia; e (v) renegociação do fluxo de pagamentos das debêntures em linha com o processo de readequação orçamentária e novo prazo para entrada em operação.</p> <p>Dada as circunstâncias acima, muitas das quais fora do controle da companhia, além da necessidade de aferição e remediação dos questionamentos levantados pelas autoridades competentes, consideramos este assunto como uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Entre outros, realizamos os procedimentos de auditoria descritos a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none">• Obtivemos a avaliação da capacidade financeira preparada pela administração com base nas projeções de geração de caixa e resultados futuros (“Projeções”) aprovadas pelo Conselho de Administração.• Avaliamos e testamos, com o apoio de nossos especialistas, as razoabilidades: (i) do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as Projeções; (ii) das premissas-chave utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, projeções de inflação, volume a ser transportado, tarifa bruta e custo;• Comparamos as premissas-chave com o Plano de Negócios 2019-2057; e (iv) avaliação da competência técnica dos responsáveis pela estimativa independente dos volumes a serem transportados.• Adicionalmente, realizamos análises de sensibilidade para as principais premissas das Projeções, para analisar diferentes cenários possíveis de geração de resultados.• Solicitamos e efetuamos leitura do Acordo de Investimentos onde está estabelecida a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, em caso de necessidade, e observamos que os responsáveis tem realizado os aportes recursos para manutenção do estágio atual da Companhia.• Obtivemos a decisão cautelar do TCU e com o apoio de nossos especialistas internos, realizamos reuniões com a administração onde nos foram apresentados a evolução atual do avanço físico, cronogramas revisados, bem como, orçamento necessário para finalização dos trechos, que por estratégia da Companhia foram segregados em prioridades.



TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Em 31 de dezembro de 2018, o valor do ativo imobilizado da Companhia totalizava R\$ 8.439.063 mil.</p> <p>Identificamos indicadores de perda no valor recuperável (“<i>impairment</i>”) dos itens do ativo imobilizado da Companhia, conforme prescrito no pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A administração determina o valor recuperável com base no valor em uso desses ativos.</p> <p>O cálculo do valor em uso requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como: (i) estimativa do volume a ser transportado; (ii) estimativa de preços futuros (tarifa bruta); (iii) custos e (iv) taxa de desconto.</p> <p>Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em virtude: (i) da relevância do ativo imobilizado da Companhia; e (ii) dos julgamentos e estimativas relevantes envolvidos no processo de cálculo do valor em uso dos ativos.</p>	<p>Com base nas evidências obtidas, observamos que as ações planejadas pela administração da Companhia vem sendo executadas e que as divulgações efetuadas pela administração nas notas explicativas estão consistentes com as informações e dados obtidos.</p> <p>Efetuamos, entre outros, os seguintes procedimentos de auditoria com o apoio da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Revisão da coerência geral, lógica e aritmética das projeções elaboradas pela Administração;• Comparação das premissas-chave com o Plano de Negócios 2019-2057 e análise de sensibilidade dessas premissas;• Avaliação da razoabilidade das premissas-chave, incluindo comparações com <i>benchmarks</i> de margem bruta e taxa de desconto utilizadas no segmento e entendimento das principais variações;• Discussão dos critérios usados para determinação da taxa de desconto e projeções de inflação;• Comparação das estimativas internas de volume a ser transportado e tarifa bruta com estimativas preparadas por especialistas independentes contratados pela administração; e• Avaliação da competência técnica dos responsáveis pela estimativa independente dos volumes a serem transportados. <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação do valor recuperável, bem como as divulgações na Nota explicativa 10 estão consistentes com as informações e dados obtidos.</p>

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 28 de março de 2019

A blue ink signature, likely of a PricewaterhouseCoopers representative, written over the company name.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A blue ink signature of Vinícius Ferreira Britto Rego.

Vinícius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2018

A Transnordestina Logística S.A (TLSA) - é uma empresa privada controlada em conjunto pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias ("VALEC") e pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN"), um dos principais grupos privados nacionais. A TLSA foi criada originalmente com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A (CFN), em 1º de janeiro de 1998, incorporando os ativos existentes e o direito de concessão da malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

A mudança da razão social de CFN para TLSA ocorreu em 2008 e em dezembro de 2013 ocorreu a Cisão entre as empresas dando origem as empresas Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) e TLSA.

A TLSA continua empreendendo esforços e investimentos na construção do Projeto Transnordestina. Esta malha ligará Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), totalizando 1.753 km e um "funding" aprovado de R\$ 7,5 Bilhões, base abr/12. Está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 1,0 % sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,5 % sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa a maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo, dada as características do projeto.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor por trecho, assim composto: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,3 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 2,9 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,9 bilhões, totalizando R\$ 11,2 Bilhões.

A concessão para prestação de serviços ferroviários da TLSA foi prorrogada por mais 30 anos, encerrando-se em 2057.

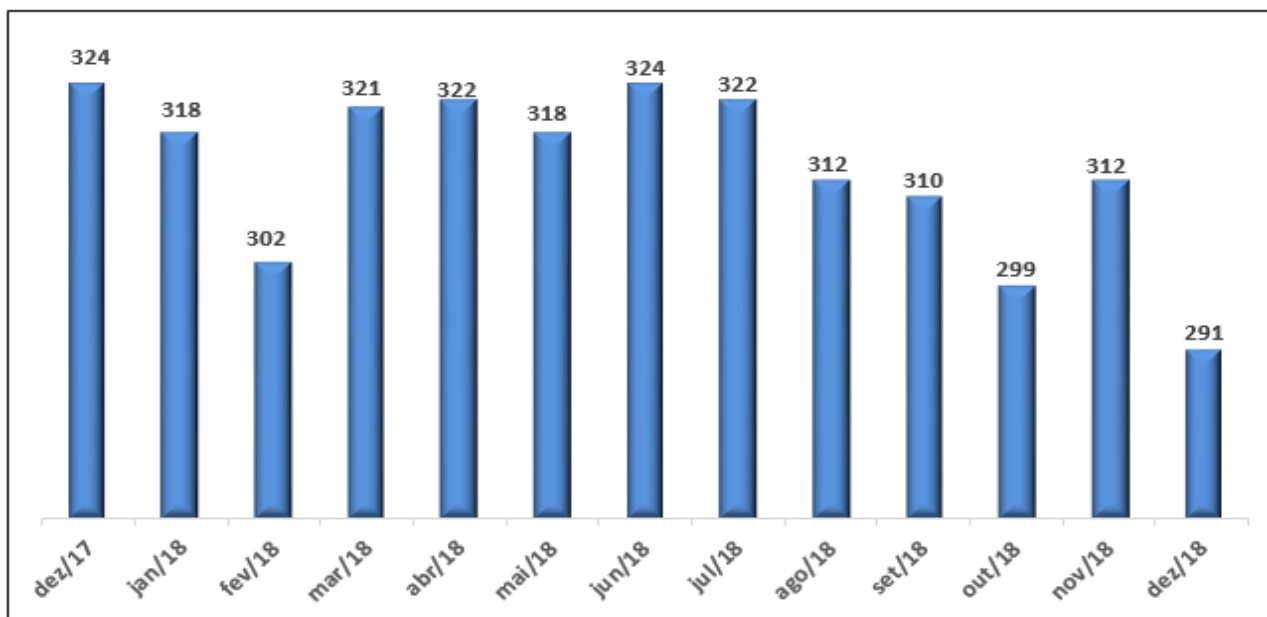
Os comentários a seguir referem-se aos resultados de 2018.

As demonstrações financeiras intermediárias foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

No ano de 2018 compete destacar:

- Atualmente a obra possui 194 equipamentos de grande porte, mobilizados, além de um quadro total de 291 pessoas alocadas, conforme demonstra a evolução do gráfico abaixo:



Obs.: O quantitativo reduzido retrata queda devido a redução do nível de atividade na obra, principalmente nos lotes do trecho MVP (Missão Velha/CE – Pecém/CE) e na Superestrutura.

INVESTIMENTOS

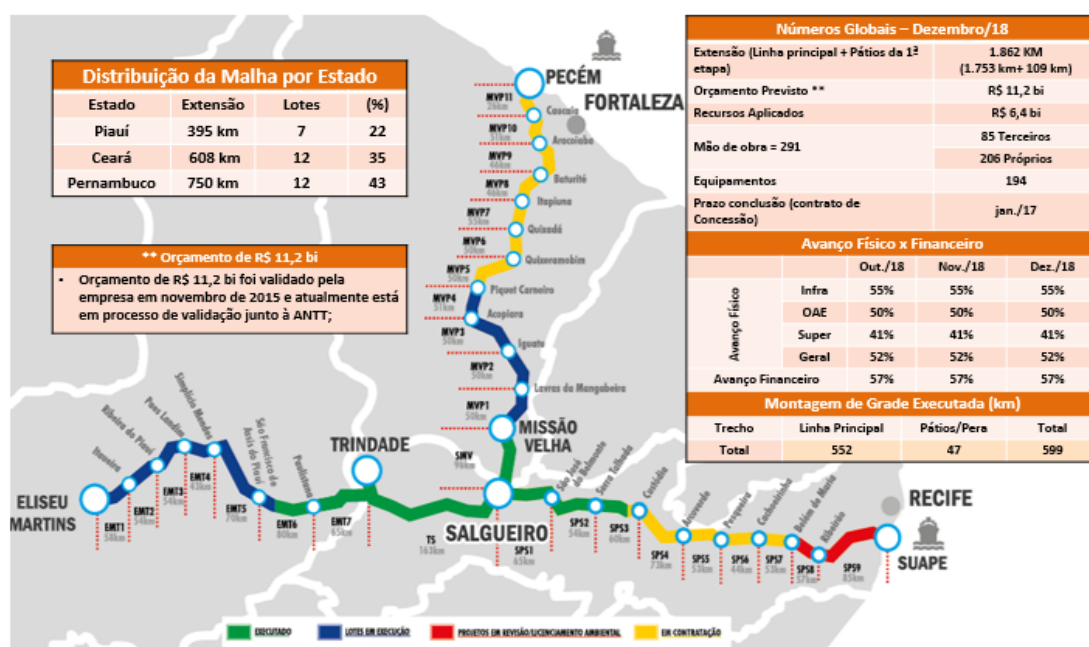
O montante acumulado de desembolso financeiro diretamente atribuído ao Projeto Transnordestina, é de R\$ 6,4 bilhões, sendo R\$ 39,7 milhões investidos em 2018.

O avanço físico global atingiu a marca de 52% (Base Orçamento R\$ 11,2 Bilhões) de avanço e já conta com 599 km de grade ferroviária efetivamente montada.

Para melhor entendimento destacamos o andamento da Obra em cada trecho do Projeto:

- As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/PE, com extensão de 96 km, foram iniciadas em julho/06. As obras neste trecho encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados;
- As obras do trecho Missão Velha/CE – Pecém/CE, com extensão de 527 km, foram retomadas em novembro/14 nos quatro primeiros lotes – MVP 01 ao 04 - totalizando 200 km em construção, com avanços de 19% em Infraestrutura e 13% em OAE. Atualmente estão sendo executadas obras de sondagens;
- As obras do trecho Salgueiro-Trindade, com extensão de 163 km, foram iniciadas em fevereiro/2009. Atualmente as obras de Infraestrutura, OAE (Obras de Artes Especiais) e Superestrutura encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados;
- As obras do trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE, com extensão de 423 km, representam um avanço total de 76% de infraestrutura, 48% de OAE e 28% de Superestrutura; essas atividades vinham sendo executadas pela Via Magna até 05 de dezembro de 2016, e foram paralisadas em cumprimento de uma decisão liminar - Juiz Federal da Comarca de São Raimundo Nonato-PI - que suspendeu a Licença de Instalação do trecho. Esta decisão tem como objetivo acelerar as ações necessárias para atendimento das solicitações das Comunidades Quilombolas, conforme indicado no Termo de Compromisso firmado entre TLSA e a Fundação Cultural Palmares - FCP.
- As obras do trecho Salgueiro/PE – Porto de Suape/PE, com extensão de 544 km, estão com um avanço total de 41%, com 306 km de obras iniciadas, correspondendo aos lotes de Projeto: SPS-01 ao SPS-05. Os lotes SPS-01 e SPS-02 estão concluídos. O lote SPS-03 está 95% executado, restando apenas a implementação dos últimos 0,6 km, devido embargo judicial existente no início do lote SPS-04 (questões ligadas ao desvio da Igreja de Custódia – tombada pelo IPHAN). No SPS 05 podemos destacar a obra do Túnel de Arcoverde que se encontra finalizada. Demais lotes estão em processo de contratação e/ou revisão do projeto de Engenharia (SPS-08 / Barragem de Serro Azul e SPS-09 / Variante para que ferrovia não intercepte núcleos urbanos);

No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Transnordestina, referente em 2018:



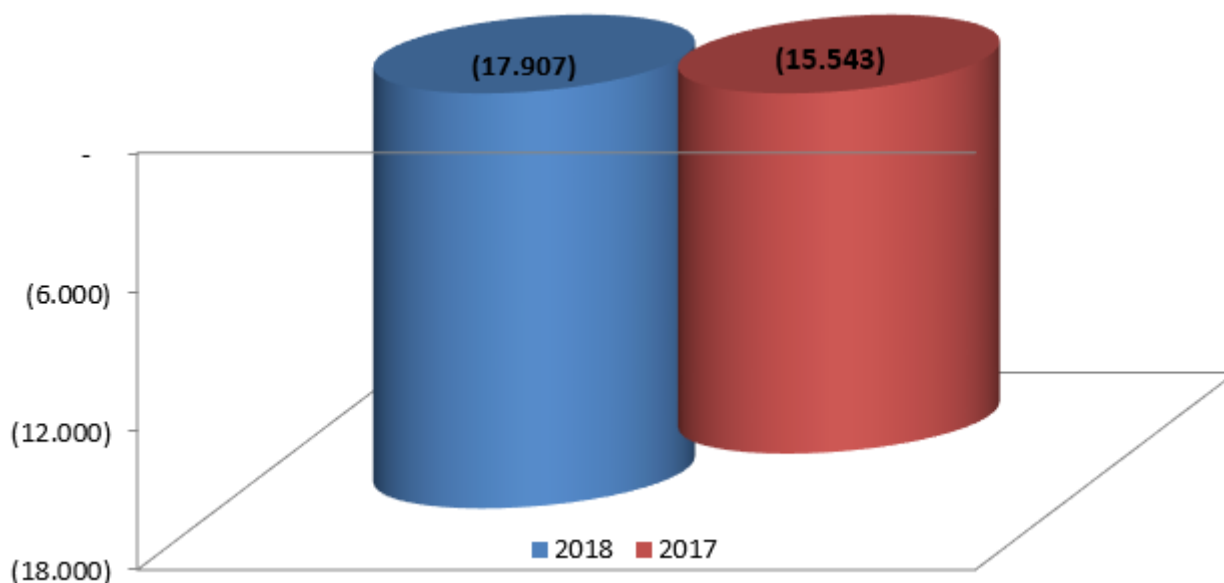
PESSOAL

O número de colaboradores próprios da TLSA em 2018 foi de 206 pessoas, no período de 2017 esse número foi de 217 pessoas, o que representa uma redução de 5%.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A empresa encontra-se em fase pré-operacional, desta forma, grande parte dos desembolsos são levados a Investimento –Imobilizado em Andamento – inclusive àqueles referentes à Engenharia do Proprietário e Mão de Obra Própria.

Gráfico do EBITDA Ajustado



Em R\$ mil	2018	2017
Prejuízo do Período	(44.123)	(46.183)
(+) Tributos sobre o Lucro	-	-
(+) Despesas Financeiras líquidas das receitas financeiras	26.103	13.937
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	1.433	2.169
LAJIDA (EBITDA)	(16.586)	(30.077)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	(1.320)	14.534
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	(17.907)	(15.543)

*A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 17.907 mil negativos em 2018. No exercício de 2017 o EBITDA ajustado foi de R\$ 15.543 mil negativos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Os auditores só prestaram serviços de auditoria externa.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO 2017

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVOS	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTES			CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	19.234	5.763	Fornecedores	134.761	66.354
Estoques	613	504	Empréstimos e financiamentos	20.126	16.057
Despesas antecipadas	5.848	4.465	Debêntures	55.780	36.634
Outros ativos	3.614	3.972	Impostos e contribuições a recolher	2.955	2.973
Total dos ativos circulantes	29.309	14.704	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	34.989	41.580
			Outros passivos	9.126	4.850
			Total dos passivos circulantes	257.737	168.448
NÃO CIRCULANTES			NÃO CIRCULANTES		
Aplicação financeira	113.669	114.279	Empréstimos e financiamentos	575.456	591.687
Partes relacionadas	13.744	3.235	Debêntures	4.472.011	4.311.386
Depósitos judiciais	19.987	26.512	Partes relacionadas	706.606	554.694
Despesas antecipadas	37.630	-	Provisões para riscos ambientais	-	434
Impostos a recuperar	129.635	129.397	Adiantamento para futuro aumento do capital	218.840	-
Imobilizado	8.439.063	7.933.599	Total dos passivos não circulantes	5.972.913	5.458.201
Intangível	-	1.433			
Total dos ativos não circulantes	8.753.728	8.208.455	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	3.409.758	3.409.758
			Prejuízos acumulados	(857.371)	(813.248)
			Total do patrimônio líquido	2.552.387	2.596.510
TOTAL DOS ATIVOS	8.783.037	8.223.159	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.783.037	8.223.159

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	16	(19.340)	(17.712)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	1.320	(14.534)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(18.020)</u>	<u>(32.246)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	5.362	9.352
Despesas financeiras	17	<u>(31.465)</u>	<u>(23.289)</u>
Total		<u>(26.103)</u>	<u>(13.937)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u><u>(44.123)</u></u>	<u><u>(46.183)</u></u>
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações	15	(0,8453)	(0,8861)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016		3.256.505	(767.065)	2.489.440
Aumento de capital	15	153.253	-	153.253
Prejuízo do exercício		-	(46.183)	(46.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u>3.409.758</u>	<u>(813.248)</u>	<u>2.596.510</u>
Prejuízo do exercício		-	(44.123)	(44.123)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		<u>3.409.758</u>	<u>(857.371)</u>	<u>2.552.387</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(44.123)	(46.183)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	16	1.433	2.169
Provisão para perda de estoque	16	(1.688)	2.015
Variações monetárias e juros - líquido	12	11.598	14.451
Baixa de custo de transação de empréstimo	12	6.912	6.946
Provisão para contingências	16	(83)	383
Baixa de adiantamento a fornecedores		-	11.556
Caixa gerado nas operações		(25.951)	(8.663)
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Estoques		1.579	(1.876)
Depósitos judiciais		3.392	3.666
Impostos a recuperar		(238)	(2.326)
Outras contas a receber		357	71
Despesas antecipadas		(43.910)	(902)
Partes relacionadas		(10.509)	(2.428)
Fornecedores		36.587	(39.825)
Outras contas a pagar		4.276	(6.227)
Impostos e contribuições a recolher		(18)	(358)
Custos de transação pagos		(19.945)	(19.521)
Variações nos ativos e passivos		(28.429)	(69.726)
Juros pagos		(54.454)	(56.965)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(108.834)	(135.354)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação financeira		5.257	9.263
Aquisição de imobilizado e intangível	10	(39.670)	(49.898)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		(34.413)	(40.635)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento na emissão de ações	15	-	153.253
Captação de AFAC com acionistas		218.840	
Emissão de debêntures conversíveis		-	
Obtenção de financiamentos com partes relacionadas		99.997	48.186
Amortização de financiamentos com partes relacionadas FTL		-	(4.819)
Amortização de financiamentos com o BNDES	12	(11.742)	(11.646)
Amortização de financiamentos com o BNB-FNE	12	-	(1.144)
Amortização de financiamentos com o BNB-M.ATUAL	12	-	(1.153)
Amortização de financiamentos com partes relacionadas CSN		-	(350)
Amortização de financiamentos com o Itaú (FINAME)	12	(2.474)	(2.474)
Amortização Debêntures	13	(147.903)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		156.718	179.853
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		13.471	3.864
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.763	1.899
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		19.234	5.763
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		13.471	3.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Receitas		<u>(38)</u>	<u>6.182</u>
Outras receitas		36	6.182
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		(74)	-
Insumos adquiridos de terceiros		<u>(1.711)</u>	<u>(23.940)</u>
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		23	(3.737)
Outras - materiais de consumo Adm./Com. e outros		<u>(1.734)</u>	<u>(20.203)</u>
Valor adicionado bruto		(1.749)	(17.758)
Depreciação, amortização e exaustão	16	<u>(1.433)</u>	<u>(2.169)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(3.182)	(19.927)
Valor adicionado recebido em transferência	17	<u>4.742</u>	<u>9.352</u>
Receitas financeiras		<u>4.742</u>	<u>9.352</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>1.560</u>	<u>(10.575)</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>1.560</u>	<u>(10.575)</u>
Pessoal		<u>13.951</u>	<u>11.066</u>
Remuneração direta		11.774	8.562
Benefícios		1.810	1.643
FGTS		367	861
Impostos, taxas e contribuições		<u>887</u>	<u>1.252</u>
Federais		887	1.248
Estaduais		-	4
Remuneração de capitais de terceiros		<u>30.845</u>	<u>23.290</u>
Juros	17	20.386	14.523
Outras		10.459	8.767
Remuneração de capitais próprios		<u>(44.123)</u>	<u>(46.183)</u>
Prejuízo do exercício		(44.123)	(46.183)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Transnordestina Logística S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade por ações, sediada em Fortaleza-CE, com registro de companhia aberta, classe B, junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A Companhia é controlada em conjunto pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) e pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias (“VALEC”), suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 7 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, na época a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., em conjunto com os órgãos da administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE, atual Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações (BNDESPAR) firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado “Projeto Transnordestina”.

A nova ferrovia, com extensão de 1.753 km, ligará o terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) aos dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE). A Transnordestina Logística S.A. entende que este será um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006 iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE).

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Transnordestina Logística S.A, registro inicial de companhia aberta. A abertura de capital foi necessária para fins de observância a exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, quando da aprovação da incorporação da Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, anterior razão social da Companhia.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, bem como a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuri, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II). Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considera que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

Em 20 de setembro de 2013 a Companhia assinou Acordo de Investimentos juntamente com acionistas e órgãos financiadores, cujo orçamento vigente é de R\$ 7,542 bilhões (em substituição aos R\$ 5,422 bilhões iniciais), sendo, R\$ 1,888 bilhões provenientes da CSN, R\$ 230 milhões do acionista VALEC (empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$ 1,143 bilhões de aumento de capital com recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), R\$ 180 milhões referente a empréstimo com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), R\$ 225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$ 3,876 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 27 de dezembro de 2013 foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial dos ativos e passivos referentes à Malha I, tendo sido incorporados pela FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de janeiro de 2014, foi assinado o contrato de concessão entre a União, por intermédio da ANTT, e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, até o ano de 2057, devendo o poder concedente declarar extinta a concessão, uma vez alcançada a taxa de retorno de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco por cento ao ano) atualizado pelo IPCA, referente aos trechos que compõem a Malha II.

A prestação dos serviços ferroviários de que trata o contrato de concessão será realizada com a utilização de ativos cuja construção se encontra em andamento e sendo executada com recursos próprios da Companhia e da União, conforme Acordo de Investimento celebrado entre os acionistas.

Desta forma, durante o período de obras do “Projeto Transnordestina”, haverá utilização de bens alugados ou pertencentes à Companhia e, posteriormente, após a liberação dos trechos pelo Poder Concedente, estes passarão à condição de arrendados.

À Companhia competirá a obrigação de execução das obras de implantação dos trechos ferroviários, bem como obter os financiamentos necessários à execução do objeto contratual da concessão. Não há previsão para cobrança, pelo Poder Concedente, de contrapartida financeira sobre a concessão do direito de exploração de serviço público de transporte ferroviário de cargas à Companhia.

O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, proibiu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da VALEC, FINOR, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados.

O FINOR aprovou através do Despacho nº 12 e Portaria nº 60, ambos do Ministério da Integração, a readequação orçamentária do projeto, que foi concluída em julho de 2016.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Em relação ao FDNE, cujo agente operador é o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia aguarda a conclusão do processo de readequação orçamentária.

Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, ainda referente ao processo TC 012.179/2016, o TCU proibiu novamente os repasses de recursos públicos à TLSA por parte da VALEC, FINOR, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR. A Companhia vem prestando os esclarecimentos necessários ao TCU e atuando com firmeza para que a decisão seja revogada em breve e o fluxo de aportes programados seja restabelecido.

Até 31 de dezembro de 2018 foram investidos no projeto o montante de R\$ 6,452 bilhões (R\$ 6,412 bilhões em 31 de dezembro de 2017), recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$ 492 milhões, FNE R\$ 180 milhões, FDNE R\$ 3,065 bilhões, BNDES R\$ 225 milhões, VALEC R\$ 1,171 bilhões e CSN R\$ 1,318 bilhões.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, onde estima-se um novo valor por trecho, revalidado pela Companhia em novembro de 2015, assim composto: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão*, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão*, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões*, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões*, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões*, totalizando R\$ 11,2 bilhões*.

Conforme o Acordo de Investimentos, à CSN caberá a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, se houver necessidade de investimentos que ultrapassem o orçamento acordado, em troca de contrato de uso da via permanente.

Em 31 de dezembro de 2018, o estágio das obras apresentava o seguinte avanço, por trecho: Salgueiro (PE) - Missão Velha (CE) – extensão total de 96 quilômetros* com avanço de 100%* (concluído), Salgueiro (PE) - Trindade (PI) – extensão total de 163 quilômetros* com avanço de 100%* (concluído), Eliseu Martins (PI) - Trindade (PI) – extensão total de 423 quilômetros* com avanço de 64%*, Salgueiro (PE) - Porto de Suape (PE) – extensão total de 544 quilômetros*, com avanço de 41%* e Missão Velha (CE) - Pecém (CE) – extensão total de 527* quilômetros com avanço de 15%*.

Continuidade operacional

A Companhia encontra-se em fase de implantação, devendo assim permanecer até a conclusão da malha II. O cronograma aprovado, que previa o término da obra para janeiro de 2017, está atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis; contudo, a Administração da Companhia entende que novos prazos para conclusão do projeto não implicarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento.

Ainda que em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresente capital circulante líquido negativo de R\$ 228.428, a Administração conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, que vem sendo disponibilizados, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. A Companhia vem prestando os esclarecimentos necessários ao TCU e atuando com firmeza para que a decisão seja revogada em breve e o fluxo de aportes programados seja restabelecido. A Companhia deverá concluir o processo de entregas de engenharia até julho de 2019, de forma a permitir a validação do avanço físico do projeto e a preparação de cronograma revisitado. A Companhia está envidando esforços para realizar a renegociação do fluxo de pagamentos das debêntures em linha com o processo de readequação orçamentária e novo prazo para entrada em operação. Após avaliação deste assunto, a Administração concluiu como adequado o uso da base contábil de continuidade operacional do projeto na elaboração das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(*) Não auditado

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem as demonstrações financeiras da Companhia preparadas conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da Companhia em 21 de março de 2019.

b) Base de mensuração

As informações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Análise de recuperabilidade (Impairment) do ativo imobilizado

A cada encerramento de período a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

- Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 14. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir prováveis perdas.

- Não aplicação do IFRIC 12 - “Service Concessions Agreements” (Contratos de Serviço de Concessão)

Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, sobre a IFRIC 12 - “Service Concessions Agreements”, para que um contrato de concessão seja aderente a IFRIC 12 é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: (i) regulamentação e controle da concessionária pela concedente; (ii) determinação de preço; e (iii) determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e não determina os preços, apenas limites máximos, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.

Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento na IFRIC 12 – “Service Concessions Agreements” e o Contrato de Concessão para Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga na Malha Nordeste, a Administração da Companhia entende que a adoção da IFRIC 12 não é aplicável.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto quando descrito de forma diferente.

a) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

b) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro

Reconhecimento e Mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Custo de amortização

Os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurado se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro dor mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia devera reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia devera reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment justamente com outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativo financeiros, ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes". No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ii) instrumento de patrimônio esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Desreconhecimento Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivo financeiro ao custo amortizado

A companhia devesse classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii. Outros passivos financeiros não derivativos

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido por não serem resgatáveis, assim como quaisquer dividendos que sejam discricionários.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

c) Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

A capitalização de custos de empréstimos aos ativos qualificáveis pode ser suspensa caso a Companhia venha a incorrer em custos de empréstimos durante um período superior a 6 (seis) meses consecutivos em que as atividades necessárias ao preparo do ativo para seu uso ou venda pretendidos estão suspensas, ou ainda, caso venha a ocorrer uma redução significativa no ritmo de execução das obras, por um período ininterrupto de 12 meses, que venha a comprometer significativamente o prazo de conclusão originalmente previsto.

A Administração avalia e exerce julgamento em relação a suspensão da capitalização, quando, embora as atividades de desenvolvimento do ativo encontrarem-se suspensas, houver substancial trabalho técnico e administrativo sendo executado.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d) Ativos intangíveis

i. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear fundamentado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Custo de aquisição de softwares : 5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f) Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício ou período, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

g) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva cujo valor possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os juros são capitalizados quando qualificam o imobilizado.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

k) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.l) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas.

l) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas.

Alterações adotadas pela Companhia

CPC 48 / IFRS 9: Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração dos ativos financeiros: A Administração avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros oferecidas pelo novo pronunciamento com base em seu diagnóstico, modelo de negócio, expectativas de fluxo de caixa da Companhia e observando o modelo de gerenciamento dos ativos financeiros, concluindo que não há impactos materiais decorrentes da aplicação da nova norma.

CPC 47 / IFRS 15: Receitas de contratos com clientes

A Administração da Companhia avaliou todas as etapas da nova norma para o reconhecimento da receita de contratos com clientes. Com base nesta análise, a Companhia não identificou impactos de mensuração na aplicação desta norma, uma vez que ainda se encontra em fase pré-operacional e não tem histórico de reconhecimento de receita.

Normas que ainda não estão em vigor

As seguintes normas e interpretações foram emitidas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019, 2020 e 2021 e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018:

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Vigência
CPC6(R2) e IFRS16 – Arrendamento mercantil	Essa nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de <i>leases</i> (arrendamento mercantil) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. O IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 / CPC 06(R1) – Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 5 e SIC 27) – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.	1º de janeiro de 2019
ICPC 22 e IFRIC 23 – Incertezas em relação a tratamentos tributários	Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a uma determinada transação ou circunstância. Essa interpretação complementa o CPC 32/ IAS 12 – Tributos sobre o lucro, esclarecendo como refletir os efeitos da incerteza na contabilização dos tributos sobre o lucro.	1º de janeiro de 2019
Estrutura Conceitual para relatórios financeiros	Revisão da Estrutura Conceitual estabelecendo um conjunto abrangente de conceitos visando a orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; melhores definições e orientações, destacando a definição de um passivo; e esclarecimento em áreas relevantes.	1º de janeiro de 2020
IFRS 17 – Contrato de seguros	Estabelece um modelo mais complexo para reconhecer a receita de uma seguradora, pois se baseia em um modelo de fluxo de caixa descontado, ajustado em relação a esse portfólio de contrato de seguro e também por uma margem de serviço contratual.	1º de janeiro de 2021

São apresentadas a seguir, as informações sobre os possíveis impactos na adoção dos IFRS 16/CPC 06 Operação de arrendamento Mercantil, e IFRIC 13 /ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro estavam disponíveis na preparação dessas demonstrações financeiras. Desta forma, estas avaliações preliminares e seus potenciais impactos estão sujeitas à alterações até que a adoção inicial seja divulgada nas demonstrações financeiras de 2019.

CPC 06 / IFRS 16: Operações de Arredamento Mercantil

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB e pelo CPC, mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16/CPC 06(R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A administração definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento da Companhia durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia.

A administração pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

A companhia estima um impacto no montante de aproximadamente R\$ 1,1 milhões no reconhecimento inicial do direito de uso e passivos financeiros.

ICPC 22 / IFRIC 23: Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta interpretação tem como objetivo esclarecer como a companhia deve avaliar as incertezas na contabilização dos tributos sobre o lucro quando a legislação aplicável não estiver clara.

A Companhia avaliou fatos atuais e o tratamento contábil aplicado em cada situação à luz desta interpretação, concluímos que o IFRIC 23 não traz efeitos decorrentes de posições fiscais adotadas que possam vir a ser desafiadas pelas autoridades fiscais brasileiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	463	2.215
Aplicações financeiras	<u>18.771</u>	<u>3.548</u>
Total	<u>19.234</u>	<u>5.763</u>

As aplicações financeiras, são de liquidez imediata, referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados a taxas que variam de 99% a 100% do CDI. Estes CDB's podem ser resgatados a qualquer momento sem mudança significativa em seu valor de face.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras no montante de R\$ 113.669 (R\$ 114.279 em 31 de dezembro de 2017), referem-se aos fundos de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante serão resgatadas ao final do contrato, no ano de 2057, e remuneradas a uma taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Almoxarifado	<u>613</u>	<u>504</u>
Total	<u>613</u>	<u>504</u>

Movimentação para perdas estimadas em estoques:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	(3.317)	(1.302)
(+) Adições no exercício	(175)	(2.036)
(-) Reversões no exercício (a)	<u>1.864</u>	<u>21</u>
(=) Saldo final	<u>(1.628)</u>	<u>(3.317)</u>

(a) Reversão parcial provisão para obsolescência de almofadas e grampos para dormentes de concreto

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ICMS	61.042	61.096
COFINS	21.659	22.132
PIS	4.970	5.044
IRPJ sobre aplicação financeira	38.736	37.899
INSS	2.016	2.016
Outros	<u>1.212</u>	<u>1.210</u>
	<u>129.635</u>	<u>129.397</u>

ICMS a recuperar

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação.

PIS e COFINS a recuperar

Trata-se de créditos de PIS e COFINS calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado. O custo das aquisições é contabilizado pelo valor líquido de tais créditos. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação, através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/12 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo capitalizadas mensalmente.

Tratam-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da ferrovia Transnordestina, seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia, bem como, licença para utilização de softwares.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Risco de Engenharia	39.200	3.082
Responsabilidade Civil	3.599	375
Outros	<u>679</u>	<u>1.008</u>
	<u>43.478</u>	<u>4.465</u>
Circulante	5.848	4.465
Não circulante	<u>37.630</u>	-
	<u>43.478ss</u>	<u>4.465</u>

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Movimentação no exercício:

	Risco de Engenharia	Responsabilidade Civil	Outros
Saldo inicial	3.082	375	1.008
(+) Adições no período	40.112	3.783	2
(-) Apropriações no período	(3.994)	(559)	(331)
(=) Saldo final	39.200	3.599	679

9. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

a) Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas diretas e indiretas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão listados a seguir:

	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	31/12/2018	31/12/2017
Ativo				
Encargos capitalizados acumulados (a)	212.398	67.040	279.438	227.523
Serviços compartilhados e outros (b)	-	13.744	13.744	3.235
Passivo				
Adiantamento para futuro aumento de capital (c)	218.840	-	218.840	-
Contrato de mútuo (d)	588.285	118.321	706.606	554.694
Resultado			31/12/2018	31/12/2017
Receitas com serviços compartilhados	-	7.009	7.009	7.916
Despesas com cessão predial	-	(735)	(735)	(735)
Total resultado	-	6.274	6.274	7.181

- (a) Encargos capitalizados – Referente a juros incidentes sobre empréstimos, financiamentos e mútuos captados para aplicação no Projeto Transnordestina contabilizados no ativo imobilizado.
- (b) Serviços Compartilhados e outros – Representado substancialmente por valores a receber referente ao rateio de gastos administrativos, nos termos do contrato de serviços compartilhados firmado entre as partes, além de saldos a receber por vendas e reembolso de despesas.
- (c) Valores recebidos como adiantamento para custear o volume mínimo das operações da companhia.
- (d) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com incidência média de juros de 129,14% do CDI e IOF.

b) Pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir, informações sobre remunerações acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo para administradores	3.317	6.332

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

10. IMOBILIZADO

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2018</u>
Infraestrutura	1.703.112	3.648	1.706.760
Encargos financeiros capitalizados	1.588.265	432.886	2.021.151
Terraplanagem	1.323.133	15.606	1.338.739
Construção de obras de artes especiais	1.107.258	2.856	1.110.114
Superestrutura	825.655	1.306	826.961
Outros gastos de implantação	581.338	31.414	612.752
Drenagem e obras de artes correntes	333.141	4.636	337.777
Gerenciamento e elaboração de projetos	220.347	9.227	229.574
Almoxarifado de obras em andamento	191.388	3.345	194.733
Gestão ambiental	<u>59.962</u>	<u>540</u>	<u>60.502</u>
Total da imobilização em andamento	<u>7.933.599</u>	<u>505.464</u>	<u>8.439.063</u>

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2017</u>
Infraestrutura	1.699.276	3.836	1.703.112
Encargos financeiros capitalizados	1.160.909	427.356	1.588.265
Terraplanagem	1.323.029	104	1.323.133
Construção de obras de artes especiais	1.107.213	45	1.107.258
Superestrutura	822.976	2.679	825.655
Outros gastos de implantação	507.762	73.576	581.338
Drenagem e obras de artes correntes	329.191	3.950	333.141
Gerenciamento e elaboração de projetos	210.454	9.893	220.347
Almoxarifado de obras em andamento	193.107	(1.719)	191.388
Gestão ambiental	<u>58.765</u>	<u>1.197</u>	<u>59.962</u>
Total da imobilização em andamento	<u>7.412.682</u>	<u>520.917</u>	<u>7.933.599</u>

Movimentação:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>
Imobilização em andamento - Geral	<u>7.933.599</u>	<u>505.464</u>	<u>8.439.063</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia capitalizou o montante de custo financeiro sobre imobilização em andamento de R\$ 432.886 (R\$ 427.357 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

Valor recuperável dos ativos

A Companhia efetuou a atualização da análise de premissas e indicativos referentes ao valor recuperável de seus ativos ("Impairment") na data base de 31 de dezembro de 2018, conforme exigido pelo IAS 36 e CPC 01 e não identificou necessidade de reconhecer uma perda. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. O valor em uso foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se eles houvessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo. A Companhia utilizou uma taxa média ponderada de capital (WACC) para descontar os fluxos de caixa operacionais e mensurar o valor presente líquido dos ativos. Essa taxa foi calculada de acordo com o custo e a participação do capital próprio e do capital de terceiros na estrutura da Companhia, determinados conforme descrito abaixo:

- Custo do capital próprio: foi utilizada a metodologia CAPM (“Capital Asset Pricing Model”) que consiste em determinar a taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. A Companhia utilizou dados atuais para determinação dos parâmetros do CAPM, dentre os quais a alíquota de IR/CSLL e o beta alavancado flutuam anualmente de acordo com as projeções e os demais parâmetros permanecem fixos.
- Custo do capital de terceiros: foi determinado de acordo com a média ponderada dos custos dos instrumentos de dívida já contratados e projetados durante o período da concessão.
- Estrutura de capital: a participação do capital de terceiros na estrutura da Companhia foi calculada através da relação entre o saldo das dívidas a cada ano e o total de capital. Já a participação do capital próprio foi determinada através da diferença entre o Valor Presente Líquido (VPL) dos fluxos de caixa operacionais e o saldo das dívidas a cada ano, ou seja, o valor de mercado para os acionistas.

A taxa de desconto, após os impostos, utilizada para mensurar o valor em uso foi de 6,42%. As projeções de fluxo de caixa contemplaram as expectativas de contratos com base nos estudos de mercado realizados. Foi efetuada uma reconciliação entre as taxas de desconto post-tax e pre-tax e não foram identificadas variações relevantes no valor final do fluxo. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2018, são as que seguem:

Receita líquida anual média até 2030 - R\$	1.187 mil
Receita líquida anual média após 2030 - R\$	3.776 mil
Média anual da taxa de desconto após impostos - WACC Post-tax (real)	6,42%
Investimento a incorrer – R\$	4.744 mil

Nas projeções foram consideradas informações prospectivas, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e de consultoria especializada contratada e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedor para aquisição de imobilizado	<u>134.761</u>	<u>66.354</u>

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2018 contempla as provisões com base nas medições do avanço da obra, fornecidas pelas principais construtoras contratadas. Apresentamos abaixo os principais fornecedores em aberto na data base de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

<u>Fornecedor</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Zurich Minas Seguros (a)	49.355	10.919
Construtora Marquise (b)	42.576	31.015
Sumont Montagens e Equipamentos (b)	15.000	1.669
Via Magna Construções	13.545	13.551
TFT Empresa de transportes	6.091	4.381
Outros fornecedores diversos	<u>8.193</u>	<u>4.819</u>
	<u>134.761</u>	<u>66.354</u>

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

- (a) Renovação seguro risco de engenharia e responsabilidade civil.
 (b) Reclassificação de saldos de adiantamento a fornecedores para imobilizado.

12. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Tipo	Vencimento	Encargos	31/12/2018	31/12/2017
BNDES (a)	2033	TJLP + 1,30% a.a.	297.746	307.426
BNB (b)	2031	7,5% a.a.	288.989	288.989
Banco Itaú (c)	2022	5,5% a.a.	8.847	11.329
			<u>595.582</u>	<u>607.744</u>
Circulante			20.126	16.057
Não circulante			575.456	591.687

Movimentação do exercício

Tipo	Saldo em 31/12/2017	Atualização Financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Custo de transação	Saldo em 31/12/2018
BNDES (a)	307.426	23.894	(11.742)	(21.914)	82	297.746
BNB (b)	288.989	21.814	-	(21.814)	-	288.989
Banco Itaú (c)	11.329	508	(2.474)	(516)	-	8.847
	<u>607.744</u>	<u>46.216</u>	<u>(14.216)</u>	<u>(44.244)</u>	<u>82</u>	<u>595.582</u>

(*) A atualização financeira inclui R\$ 34.618 capitalizado e R\$ 11.598 de despesa de juros.

Tipo	Saldo em 31/12/2016	Atualização Financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Custo de transação	Saldo em 31/12/2017
BNDES (a)	315.661	25.782	(11.646)	(22.455)	84	307.426
BNB (b)	291.294	25.161	(2.297)	(25.169)	-	288.989
Banco Itaú (c)	13.806	637	(2.474)	(640)	-	11.329
Total	<u>620.761</u>	<u>51.580</u>	<u>(16.417)</u>	<u>(48.264)</u>	<u>84</u>	<u>607.744</u>

a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamento destinado aos investimentos na construção do Projeto Transnordestina. A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos mensalmente desde julho de 2016. Os financiamentos serão amortizados, em até 17 anos, sendo o primeiro iniciado em julho de 2016, garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2033.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou amortização de R\$ 11.742 (R\$ 11.646 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017) a título de principal e de R\$ 21.914 (R\$ 22.455 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017) a título de encargos financeiros.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Cronograma de desembolsos BNDES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	-	11.404
2019	15.562	15.778
2020	17.254	17.136
2021	17.254	17.136
2022 a 2033	<u>247.676</u>	<u>245.972</u>
	<u>297.746</u>	<u>307.426</u>

b) Banco do Nordeste do Brasil – BNB

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, são destinados à execução das obras e serviços do trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto Transnordestina e revitalização da malha atual.

A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Em fevereiro de 2017 foi realizado aditivo contratual onde foi concedido uma carência entre fevereiro de 2017 e março de 2020, com vencimento repactuado para 2031 (anteriormente 2027), sendo os juros exigidos trimestralmente nesse período e mensalmente quando iniciar a amortização. A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela CSN.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou desembolso de R\$ 21.814 (R\$ 25.169 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017) a título de encargos financeiros.

Cronograma de desembolsos BNB

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	-	969
2019	969	-
2020	19.644	19.644
2021	26.191	26.191
2022 a 2031	<u>242.185</u>	<u>242.185</u>
	<u>288.989</u>	<u>288.989</u>

c) Banco Itaú BBA S.A - Banco Itaú

O financiamento celebrado junto ao Banco Itaú, provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tem por finalidade a aquisição de 34 vagões do tipo PNT e 37 vagões do tipo HNT, com modernização dos equipamentos da Companhia. A taxa de juros pactuada é 5,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 8 anos (ambos de 2014 a 2023). A garantia é por meio de alienação fiduciária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou desembolsos de R\$ 2.474 (R\$ 2.474 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017) a título de principal e de R\$ 516 (R\$ 640 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017) a título de encargos financeiros.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Cronograma de desembolsos Itaú

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	-	2.500
2019	2.492	2.474
2020	2.474	2.474
2021	2.474	2.474
2022 a 2023	1.407	1.407
	<u>8.847</u>	<u>11.329</u>

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, para o projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

13. DEBÊNTURES

No exercício de 2010, a Companhia aprovou a emissão de até R\$ 2.672.400 em debêntures conversíveis em ações, sendo aditado em julho de 2014 para R\$ 3.876.492. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de debêntures emitidas, acrescido de juros era de R\$ 4.527.791 (R\$ 4.348.020 em 31 de dezembro de 2017), conforme a seguir:

	<u>Data da emissão</u>	<u>Principal</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>Saldo atualizado em 31/12/2018</u>	<u>Saldo atualizado em 31/12/2017</u>
1ª Emissão	09/03/2010	331.015	234.743	565.758	543.295
2ª Emissão	25/11/2010	344.411	219.710	564.121	541.723
3ª Emissão	01/12/2010	332.380	211.772	544.152	522.547
4ª Emissão	04/10/2011	460.459	256.716	717.175	688.700
5ª Emissão	19/09/2012	119.821	56.714	176.535	169.527
6ª Emissão	24/06/2013	639.126	266.723	905.849	869.883
7ª Emissão	11/08/2014	786.616	267.585	1.054.201	1.012.345
		<u>3.013.828</u>	<u>1.513.963</u>	<u>4.527.791</u>	<u>4.348.020</u>
Circulante				55.780	36.634
Não circulante				4.472.011	4.311.386

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Todas as debêntures emitidas têm valor nominal unitário de R\$ 1,00, vencimento em 19/09/2056 e juros de TJLP + 0,85% a.a.

Movimentação do período:

<u>Saldo 31/12/2017</u>	<u>Atualização financeira (*)</u>	<u>Amortização de principal</u>	<u>Amortização de juros</u>	<u>Saldo 31/12/2018</u>
4.348.020	337.885	(147.903)	(10.211)	4.527.791

(*) Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.

As debêntures conversíveis não determinam uma quantidade fixa de ações, sendo o número de ações determinado na data da conversão em função do saldo da dívida com o FDNE e do valor patrimonial das ações da TLSA. O montante a ser convertido em ações é o próprio saldo da dívida na data da conversão. Desta forma, ao analisar a aplicação de segregação contábil entre passivo financeiro e instrumento de dívida, a administração concluiu que o instrumento fosse registrado integralmente como passivo financeiro. O objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado.

Em 4 de agosto de 2014, foi assinado o 9º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 3 de abril de 2015, foi adiado para 19 de setembro de 2017, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Em 13 de outubro de 2017, foi assinado o 10º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 19 de setembro de 2017, foi adiado para 18 de março de 2018, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Em 13 de abril de 2018, foi debitado da conta reserva o recurso no montante de R\$79.558, para amortizar a primeira parcela vencida das debêntures FDNE.

Em 16 de maio de 2018, foi solicitado através de ofício junto à SUDENE e ao Banco do Nordeste do Brasil, que fosse concedida a prorrogação do prazo para recomposição da conta reserva até o vencimento da próxima parcela, em 19 de setembro de 2018.

Em 13 de julho de 2018 foi expedida a resposta pela SUDENE, concedendo a prorrogação do prazo para recomposição da conta reserva, até 12 de setembro de 2018. Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade e acordo de acionistas assinado em 20 de setembro de 2013, as debêntures serão convertidas em ações pela SUDENE/FDNE, no vencimento da primeira parcela de amortização ou resgate, e limitadas a 50% no primeiro vencimento. As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

- Incorrer em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos;
- Sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência;
- Descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e também obrigações financeiras assumidas perante o BNB;
- Promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da SUDENE e ouvido o BNB;
- Descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis;
- Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela SUDENE;
- Não manter o registro na CVM impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações;
- O não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB.
- Deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 238,01%.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor total da garantia é R\$ 9.226.000 e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$ 3.876.000. Relação das garantias:

- a) Fiança corporativa da CSN até o limite de 48,47% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretratável para todos os fins legais;
- b) Fundo de liquidez representado por aplicações financeiras em conta corrente;
- c) Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão;
- d) Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais que futuramente serão celebrados;
- e) Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto.
- f) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$ 209.971.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

14. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é ré em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência histórica referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2018		31/12/2017
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
Cível	7.249	(1.947)	5.302
Trabalhistas	27.740	(16.837)	10.903
Tributário	-	(1.203)	(1.203)
Ambiental	-	-	-
	<u>34.989</u>	<u>(19.987)</u>	<u>15.002</u>

Movimentação dos processos no exercício:

	Saldo inicial				Saldo final
	31/12/2017	Adição	Utilização	Reversão (c)	31/12/2018
Cíveis (a)	4.134	4.710	-	(1.595)	7.249
Trabalhista (b)	37.446	8.438	(3.133)	(15.011)	27.740
Ambiental	434	-	-	(434)	-
Total	<u>42.014</u>	<u>13.148</u>	<u>(3.133)</u>	<u>(17.040)</u>	<u>34.989</u>

(a) Contingências cíveis

Atualmente a Companhia é demandada como ré na Ação de Falência nº 0165651-25.2012.8.06.0001. A Companhia efetuou o depósito judicial da quantia de R\$ 1.670 em 17/10/2012. Em 19/05/2014, juntada de depósito judicial elusivo do valor remanescente de R\$ 277. Em 31/07/2014, sentença determinando o levantamento dos valores pela parte autora. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 2.489. Existem outros processos com risco provável de perda, no montante provisionado de R\$ 4.760.

(b) Contingências trabalhistas

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, no montante provisionado de R\$ 27.740. Para suportar essas contingências trabalhistas, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 16.837. Essas ações são, principalmente, provenientes de reclamações de ex-colaboradores de construtoras contratadas, na região de Salgueiro, Araripina, Serra Talhada, Petrolina e Arcoverde.

(c) Reversões

- Cíveis: atualização de processos já provisionados.
- Trabalhista: redução devido arquivamento e pagamento de algumas ações e ajuste no valor do risco decorrente de atualização/liquidação de cálculos.
- Ambiental: se trata de um processo administrativo que após análise do escritório de advocacia foi identificado que não deve ser contingenciado.

Outros processos

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 189.213 (R\$ 191.122 em 31 de dezembro de 2017), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações de cobrança de fornecedores contra construtoras contratadas e TLSA, ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho, verbas rescisórias trabalhistas e execuções fiscais. Destacamos abaixo as principais causas:

- Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 0130901-89.2015.8.06.0001, em curso na 5ª Vara Cível da comarca de Fortaleza (CE), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento dos serviços prestados. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2018 é no montante de R\$ 4.376 (R\$ 4.226 em 31 de dezembro de 2017).
- Ação de Cobrança processo nº 0147001-51.2017.8.06.0001, em curso na 09ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, proposta pela empresa Arcadis, visa a cobrança de medições não pagas e descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2018 é no montante de R\$ 2.045 (R\$ 1.971 em 31 de dezembro de 2017).
- Ação de Cobrança na esfera cível, processo nº 0030705-50.2015.8.26.0100, proposta pela empresa BRCON (locação de equipamentos) visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2018 é no montante de R\$ 28.222 (R\$ 27.253 em 31 de dezembro de 2017).
- Autos de infração lavrados para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras cíveis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE e de Sertânia – PE, geraram as Execuções Fiscais nº 0001396-16.2012.8.17.0560 e proc. nº 0001307-25.2012.8.17.1390. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 22.510 e R\$ 8.142 respectivamente (R\$ 21.421 e R\$ 7.749 em 31 de dezembro de 2017).
- Ação nº 1018602-28.2014.8.26.0100 de cobrança proposta contra a TLSA relacionada à execução das obras e serviços correspondentes a implantação da superestrutura do trecho da ferrovia Transnordestina entre as cidades de Missão Velha/CE até Salgueiro/PE. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 1.319 (R\$ 1.274 em 31 de dezembro de 2017).
- Execução Fiscal nº 0000397-49.2012.8.17.1470 ajuizada pelo Município de Terra Nova/PE, objetivando a cobrança de suposto crédito tributário de ISS. A Execução Fiscal encontra-se suspensa até o julgamento de Embargos à Execução, apresentado após a garantia da Execução Fiscal através da Carta de Fiança. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 3.615 (R\$ 3.440 em 31 de dezembro de 2017).

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

- Ação Ordinária de Cobrança cumulada com perdas e danos na esfera cível, processo nº 5819-17.2015.8.10.0040, em curso na 1ª Vara Cível da comarca de Imperatriz (MA), proposta pela empresa REINAR, visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2018 é no montante de R\$ 18.738 (R\$ 18.175 em 31 de dezembro de 2017). Este processo está em fase inicial e o valor da estimativa refere-se ao montante pedido pela autora. Acatada exceção de incompetência para remessa dos autos para a comarca de São Paulo/SP.
- Ação Monitória processo nº 0217869-25.2015.8.06.0001, em curso na 26ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, proposta pela empresa Arcadis, visa a cobrança de medições não pagas e descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2018 é no montante de R\$ 3.729 (R\$ 6.776 em 31 de dezembro de 2017).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 52.199.511 ações nominativas (52.199.511 em 31 de dezembro de 2017), no valor de R\$ 3.409.758 (R\$ 3.409.758 em 31 de dezembro de 2017), sendo 26.099.763 ações ordinárias e 26.099.748 ações preferenciais, sem valor nominal.

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 160.000.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 80.000.000 de ações ordinárias, 30.000.000 de ações preferenciais classe “A” e 50.000.000 de ações preferenciais classe “B”.

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme quantidade de ações distribuída abaixo:

	31/12/2018 e 31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	24.168.304	-	24.168.304
BNDES Participações – BNDESPAR	208.743	2.010.026	2.218.769
BNDES	-	2.806.925	2.806.925
FINAME	-	918.906	918.906
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	1.722.716	18.686.075	20.408.791
FINOR	-	1.677.816	1.677.816
	<u>26.099.763</u>	<u>26.099.748</u>	<u>52.199.511</u>

b) Reservas

- Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei No. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Dividendos

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

c) Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 conforme o quadro abaixo:

<u>Prejuízo básico por ação</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício			(44.123)	(46.183)
Quantidade de ações média ponderada durante o período (*)	26.099.763	26.099.748	<u>52.199.511</u>	<u>52.118.594</u>
Resultado por ação – básico e diluído (por lote de mil ações)			<u>(0,8453)</u>	<u>(0,8861)</u>

(*) Instrumentos antidiluidores.

Os instrumentos abaixo relacionados diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
Debêntures	<u>46.299</u>	<u>43.638</u>

16. **DESPESAS POR NATUREZA**

<u>Despesas administrativas e gerais</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Folha de pagamento	(14.837)	(12.306)
Material	(57)	(26)
Serviço	(2.939)	(3.211)
Amortização	(1.433)	(2.169)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(74)	-
	<u>(19.340)</u>	<u>(17.712)</u>

Outras receitas (despesas) operacionais

Provisão para contingências	83	(383)
Multas	(104)	(586)
Outras receitas (despesas)	(347)	6
Baixa de adiantamento a fornecedores	-	(11.556)
Reversão para perda de estoque (a)	<u>1.688</u>	<u>(2.015)</u>
	<u>1.320</u>	<u>(14.534)</u>

- (a) Reversão parcial da provisão para obsolescência de almofadas e grampos para dormentes de concreto, conforme avaliação técnica da área de engenharia da companhia, considerando que os respectivos itens possuem elevada vida útil.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	2.965	2.939
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	-	(1.118)
Juros ativos	948	5.946
Outros	<u>1.449</u>	<u>1.585</u>
	<u>5.362</u>	<u>9.352</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (a)	(14.550)	(14.443)
IOF	(118)	(79)
Comissões de fianças bancárias	(6.912)	(6.911)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(620)	-
Juros e multa (b)	(9.175)	(1.360)
Outros	<u>(90)</u>	<u>(496)</u>
	<u>(31.465)</u>	<u>(23.289)</u>
Resultado financeiro	<u>(26.103)</u>	<u>(13.937)</u>

(a) Conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e 12 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras já encerradas.

(b) Juros e multas sobre o pagamento da primeira parcela das debêntures.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

Ativos financeiros

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	19.234	5.763
Depósitos judiciais	19.987	26.512
Partes relacionadas	<u>13.744</u>	<u>3.235</u>
	<u>52.965</u>	<u>35.510</u>
Aplicação financeira	<u>113.669</u>	<u>114.279</u>
Total	<u>166.634</u>	<u>149.789</u>

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	31/12/2018					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos	595.582	9.158	9.864	39.372	134.219	402.969
Debêntures	4.527.791	-	55.780	46.062	156.568	4.269.381
Partes relacionadas	706.606	-	-	706.606	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	143.887	143.887	-	-	-	-
Total	<u>5.973.866</u>	<u>153.045</u>	<u>65.644</u>	<u>792.040</u>	<u>290.787</u>	<u>4.672.350</u>

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	31/12/2017					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos	607.744	9.050	5.822	18.252	129.763	444.857
Debêntures	4.348.020	36.634	37.940	40.598	139.812	4.093.036
Partes relacionadas	554.694	-	-	554.694	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	71.204	71.204	-	-	-	-
Total	<u>5.581.662</u>	<u>116.618</u>	<u>43.762</u>	<u>613.544</u>	<u>269.575</u>	<u>4.537.893</u>

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2018 pelo custo amortizado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

c) Riscos operacionais

Com a cisão dos ativos e passivos operacionais referentes à Malha I, a Companhia se encontra em fase de implantação, com prazo para início das operações atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis. Neste período, poderá estar sujeita ao aumento nos custos operacionais, como energia elétrica e combustível, de forma desproporcional ao aumento dos preços de venda que espera praticar no fechamento de contratos com seus clientes.

Como ferramenta de controle, a Administração elabora orçamento anual e plurianual, bem como revisa periodicamente as premissas adotadas na elaboração do plano de negócios, de modo a identificar antecipadamente situações que possam impactar negativamente em suas operações, bem como adotar medidas preventivas que lhe permitam assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia em curto, médio e longo prazo.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

d) Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa nº 18 (a).

Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

e) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre empréstimos e sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos em CDI	132.440	117.827
Passivo em CDI	588.285	554.694
Passivos em TJLP	4.825.537	4.655.446

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 100% do CDI à taxa de 6,40% a.a. e com 129,14% à taxa de 8,33% a.a. e TJLP à taxa de 6,72% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme cenário demonstrado acima:

Variação positiva	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 2 (variação de 25%)	Cenário 3 (variação de 50%)
Transação				
Empréstimo em TJLP	4.825.537	TJLP a 6,72% (324.276)	TJLP a 5,04% (243.507)	TJLP a 3,36% (162.138)
Despesa financeira				
Empréstimo em CDI	588.285	CDI a 8,33% (49.004)	CDI a 6,25% (36.768)	CDI a 4,17% (24.531)
Despesa financeira				
Aplicações Financeiras em CDI	132.440	CDI a 6,4% 8.476	CDI a 8% 10.595	CDI a 9,6% 12.714
Receita financeira				
Variação negativa	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 2 (variação de 25%)	Cenário 3 (variação de 50%)
Transação				
Empréstimo em TJLP	4.825.537	TJLP a 6,72% (324.276)	TJLP a 8,4% (405.345)	TJLP a 10,08% (486.414)
Despesa financeira				
Empréstimo em CDI	588.285	CDI a 8,33% (49.004)	CDI a 10,41% (61.240)	CDI a 12,5% (73.536)
Despesa financeira				
Aplicações Financeiras em CDI	132.440	CDI a 6,4% 8.476	CDI a 4,8% 6.357	CDI a 3,2% 4.238
Receita financeira				

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

19. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, pela sua Administração, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia possui cobertura de seguros contra responsabilidade civil, com o limite máximo de indenização de R\$ 50.000 e seguro para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$ 1.000.000 e sublimite para danos da natureza de R\$ 50.000, ambos com vigência até fevereiro de 2027.

20. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Ativo imobilizado</u>		
Encargos capitalizados (financiamentos)	34.618	36.984
Encargos capitalizados (debêntures)	337.884	334.166
Encargos capitalizados (mútuo)	51.915	54.293
Fianças capitalizadas	13.115	12.659
Rendimentos capitalizados	(4.647)	(10.746)
Provisão para fornecedores (imobilizado)	31.820	30.231
Reconhecimento de provisão para riscos capitalizada	(3.804)	797
Apropriações de despesas antecipadas de seguros capitalizadas	4.897	6.237
Transferência de ICMS não aproveitado	-	17.954
<u>Demais áreas</u>		
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(3.133)	(3.559)

* * * * *

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

Jorge Luiz de Mello
Diretor Presidente

Sergio Francisco Aranha de Lima
Diretor de Implantação

Pedro Brito do Nascimento
Conselheiro

David Moise Salama
Conselheiro

Marília Dalva Costa Vieira
Conselheira

Arno Schwarz
Conselheiro

João Carlos de Magalhães Gomes
Conselheiro

Yoshiaki Nakano
Conselheiro

Iltamar de Oliveira Mendonça
Conselheiro

Marcelo Bezerra Duarte
CRC CE nº 026498/O-7
Contador Responsável